

As “Invisibilidades do trabalho” dos delegados de polícia

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho promoveram impacto importante na vida das pessoas. O trabalho tanto pode ser fonte de satisfação e desenvolvimento humano, como também, a depender das condições, fator de risco e adoecimento físico e mental.

A organização do trabalho da Polícia Civil e as repercussões para a saúde desses trabalhadores tornaram-se objeto de estudos multidisciplinares que, dentre outros fatores, têm identificado alto índice de vulnerabilidade psicossocial. O trabalho da Polícia Civil baseia-se em prescrições burocráticas, disciplinares e restritivas, o que diminui a possibilidade de uma intervenção do indivíduo sobre o próprio trabalho. Aliado a esses fatores há o componente de precarização do trabalho, com falta de recursos materiais e humanos, modelos de gestão obsoletos e políticas de segurança pública ineficientes.

No Brasil, Minayo (2008) destacou sinais de adoecimento físico e níveis elevados de estresse em policiais, sendo os sintomas psicológicos apontados como os de maior prevalência. Esses profissionais apresentam maiores riscos de desenvolverem estresse pós-traumático, depressão e síndrome de *burnout*. Tais características também aumentam o risco de problemas psicológicos, como representações conflitivas da profissão, baixa autoestima e suicídio.

Aqui na Bahia, em 2012, publicamos um estudo realizado com delegados da Polícia Civil que teve como objetivo principal avaliar as condições de saúde mental e os fatores psicossociais do trabalho desses profissionais. Na ocasião da pesquisa ficamos surpresos com a prevalência de sofrimento emocional e as condições de vulnerabilidade no cotidiano do trabalho. Dos 156 delegados entrevistados na cidade de Salvador, mais de 30% apresentaram transtornos mentais comuns. Dentre os principais resultados encontrados na pesquisa, destacamos:

- a. Percepção de não reconhecimento profissional e condições desfavoráveis da experiência profissional.
- b. Baixa visibilidade dos serviços de atenção à saúde prestados pela instituição aos delegados, tanto em aspectos terapêuticos quanto em ações de prevenção de agravos e promoção da saúde.
- c. Relato de condições precárias de trabalho, principalmente em relação aos equipamentos de segurança e proteção.
- d. Altas demandas físicas e emocionais na realização da atividade profissional.
- e. Conflitos entre os pares nas relações de trabalho e falta de apoio dos superiores.
- f. Um número expressivo de delegados relatou ter sofrido violência psicológica fora da atividade laboral.
- g. A depressão foi o principal motivo de afastamento do trabalho por mais de 15 dias nesse grupo ocupacional.
- h. Uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas.

Outro desafio importante para o cotidiano de delegados e delegadas, com repercussões na saúde desses trabalhadores, é a legitimação da violência como recurso do trabalho profissional. O Estado concentrou nas suas instituições de controle social o monopólio do uso legítimo dos meios de violência. De acordo com Paixão & Beato (1997), o modelo coercitivo ainda é o principal organizador das práticas policiais no Brasil.

Estudos sobre a violência policial alertam para a ênfase na arbitrariedade violenta do policial em detrimento da aplicação da lei e proteção da sociedade, ressaltando a importância da existência de instâncias governamentais e sociais de controle da violência policial e de apoio à redução da criminalidade. Além disso, propõem medidas de redução das desigualdades e o desenvolvimento de mecanismos mais criativos (e menos coercitivos) de promoção da segurança da população.

O reconhecimento de tal prática por delegados e delegadas da Polícia Civil é controverso. Enquanto uma minoria reconhece o uso abusivo do poder no exercício profissional, quase a totalidade relatou haver colegas de profissão praticando abuso de poder. Ao focalizarem as experiências dos policiais no exercício de suas funções, alguns estudos identificaram que muitos desses profissionais condenam a violência e a arbitrariedade cometidas por seus pares e ressaltam que esses trabalhadores demonstram representações conflitivas e sofrimento psíquico diante das práticas violentas no trabalho. Ademais, definem prioritariamente a força física como expressão de violência e tendem a não reconhecer em si comportamentos violentos, mas, sim, no outro, aquele que viola os direitos humanos e exerce de forma inadequada o poder. A arbitrariedade presente na abordagem policial favorece ainda mais a disseminação da violência urbana e fragiliza a relação de confiança entre a instituição policial e as comunidades, comprometendo a atuação eficaz da polícia na garantia da segurança da população.

A análise das questões relativas à ocorrência de atos de agressão ou ameaças no ambiente de trabalho, nos últimos 12 meses à realização da pesquisa, revelou que o maior percentual foi de agressão praticada contra colegas de trabalho. Caracterizada como violência nas relações laborais, esse tipo de conflito geralmente ocorre em situações de conversão de autoridade em autoritarismo, constrangimentos, perseguições, ameaças e humilhações.

Embora os conflitos relacionais sejam frequentes nos diferentes contextos de trabalho, eles não são necessariamente nocivos ao desenvolvimento profissional. Podem ser construtivos quando as relações interpessoais no trabalho têm como base um gerenciamento flexível, que ofereça espaço de escuta e negociações. Um sistema de relações de trabalho pautado no enfrentamento e no controle excessivo, no medo e no modelo de relações autocráticas transforma a dinâmica de interesses divergentes em sofrimento para os trabalhadores, comprometendo o bem-estar da equipe e a qualidade dos serviços prestados à comunidade.

Muitos aspectos psicossociais do universo laboral dos delegados, apresentados na pesquisa em pauta, não são evidentes para os gestores nem para a população e, algumas vezes, sequer para os próprios delegados. Tais aspectos compõem as “invisibilidades do trabalho” – dimensões emocionais que são ofuscadas em detrimento de processos, fluxos e metas. Durante a realização da pesquisa, um delegado entrevistado relatou que, mesmo enfrentando intenso sofrimento após o suicídio de um colega de trabalho, fazia de tudo para não demonstrar fragilidade emocional. “Meu trabalho me desgasta muito, mas tenho que ser forte para mostrar resultado... posso estar péssimo, mas quando chega uma diligência coloco a tristeza e o medo no bolso e ponho a firmeza no rosto e nas mãos; preciso fazer isso para não morrer ou enlouquecer”. Trata-se de uma ginástica psicológica complexa, que pode ter consequências negativas diversas para a saúde desses profissionais.

Dentre outras questões e necessidades apontadas na pesquisa, a ausência de um espaço de escuta e suporte emocional para a Polícia tem gerado adoecimento e vulnerabilidades psicossociais, como desmotivação, irritabilidade, baixo limiar de tolerância e uso abusivo de substâncias psicoativas, lícitas e ilícitas. Diferentemente do senso comum, a psicodinâmica do trabalho compreende tais expressões e comportamentos dos trabalhadores como mecanismos psicológicos de defesa (estratégias de enfrentamento/fuga diante das situações de medo, tensão e conflito no contexto do trabalho).

Em 2010 (período de realização da pesquisa), a Polícia Civil contava com três psicólogos para todo o seu efetivo no estado da Bahia. Em 2017, os cuidados com a saúde da corporação continuaram negligenciados. Os serviços de saúde ocupacional da Instituição são insuficientes e praticamente inexistem ações de prevenção de fatores de adoecimento e promoção da saúde mental no contexto de trabalho de tais profissionais.

Gerfson Oliveira é psicólogo clínico e do trabalho, professor de graduação e pós-graduação da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública e coordenador de práticas da pós-graduação em Clínica Psicossocial da Aliança de Redução de Danos Fátima Cavalcanti (Ufba). Este artigo é resultado da dissertação de mestrado “Trabalho e Saúde dos Delegados de Polícia Civil de Salvador-BA”, publicada em 2012 pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho da Ufba.